

ECOS DE UMA TRADIÇÃO: USOS E DESUSOS DA IDÉIA DE DECADÊNCIA NA OBRA DE *FLAVIUS VEGETIUS RENATUS*

Marcello Paniz Giacomoni¹
(forquetalee@yahoo.com.br)

Resumo: Este artigo tem por base uma obra de *Flavius Vegetius Renatus*, que em fins do século IV escreve o tratado militar *Epitome rei militaris*, de base histórica, sobre a antiga milícia romana. Meu objetivo é analisar a obra a partir do modelo de historiografia greco-romano (*magistra vitae*), percebendo como a mesma dialoga com elementos da tradição greco-romana para reagir ao processo de decadência. Para além, tento perceber como a própria lógica de decadência, presente na tradição romana, é utilizada de maneira a dialogar com os motivos da obra.

Palavras-chave: *Vegetius* – decadência – Império Romano

O Império Romano, ao final do século IV a.C., vive algumas das transformações que serão decisivas à derrocada política e militar do século seguinte. Em um tempo de crise, diversas reações surgem com a esperança clara de resguardar o mundo romano, que é percebido por alguns contemporâneos como em declínio.

Uma dessas reações parte de um autor romano chamado *Flavius Vegetius Renatus*, que entre o fim do século IV e início do V escreve uma obra intitulada *Epitome rei militaris*. Tal livro caracteriza-se por ser um tratado técnico-descritivo acerca da milícia romana “dos antigos”, objetivando servir de base para uma nova organização do exército², desde o recrutamento até o desenvolver das batalhas, e que tem por destinatário o próprio Imperador Romano. A obra clássica é dividida em cinco

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal pesquisa conta com a orientação do Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, desta mesma instituição.

² Não existe qualquer tipo de comprovação de que as medidas propostas por *Vegetius* tenham sido postas em prática pelos governantes romanos. O que se sabe, no entanto, é que a obra foi muito lida e copiada no passar dos séculos. Sobreviveram mais de 320 manuscritos medievais, além de citações de *Vegetius* em outras obras do medievo. Por ser identificado como um manual com o melhor do pensamento militar (as legiões romanas), além de ser ideal para as necessidades militares práticas (como técnicas de sítio e fortificações), *Vegetius* foi o livro mais lido por leigos, como os Condes de Anjou, os reis Agevinos e mesmo Ricardo Coração de Leão. No renascimento, o tratado foi muito utilizado tanto por mercenários (*condottieri*) quanto por humanistas que desejavam um exército de cidadãos, de cuja influência retiravam da proposta de *Vegetius*. Maquiavel, em seu livro “A Arte da Guerra”, faz muitos usos do tratado, muitas vezes copiando trechos inteiros. Já no século XVI e XVII, os grandes reformadores da estratégia moderna, Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo, reintroduzem os conceitos legionários de coordenação, formação, disciplina, treinamento e cooperação. Sabe-se que tais comandantes tiveram acesso à obra de *Vegetius*, que provavelmente exerceu forte influência sobre suas medidas (SHRADER, 1981).

livros que abordam o recrutamento e treinamentos, as divisões e hierarquias das legiões, organizações de batalha, fortificações e frota.

Para a construção deste tratado, *Vegetius* buscará tanto as informações necessárias quanto a própria legitimidade da obra em dois movimentos: ora na antiga Tradição romana, ora nos relatos de historiadores (*inuenitur in historiis*). Entretanto, o exercício de produzir uma diferenciação entre estes dois movimentos não pode ser pensado, já que muitos historiadores do passado romano ora contribuem na construção da Tradição, ora transformam-se em Tradição, como identifica Paul Veyne (1984). Ou seja, *Vegetius* procura para o seu tratado tanto as informações e dados necessários quanto a própria força de autoridade na Tradição, na lógica de uma história *Magistra Vitae*.

A lógica da *Magistra* pressupõe uma busca por modelos, arquétipos do passado fortes o suficiente para modelar ou prevenir algo no presente. Ela é exemplo e utilidade ao mesmo tempo. Segundo Políbio (*História*, XII, 25b), a história sempre pauta-se na busca pelos relatos verdadeiros, mas que não devem se encerrar nas narrativas. A história, segundo ele, na medida em que opera o estudo das causas, cumpre uma função de “prever o futuro”, dotando os indivíduos de uma maior capacidade de “tomar precauções” ou “visualizar os segmentos com maior segurança”. Para ele, a simples narração ou a retórica rebuscada desvirtuam e mesmo suprimem o objeto e o objetivo da história. Soma-se a estes elementos a concepção de verdade histórica pautada na Tradição, atinente aos antigos, que não se alicerçava necessariamente em fontes ou citações, mas sim em um “acordo dos espíritos ao longo dos séculos; esse acordo sanciona a verdade, assim como sanciona a reputação dos escritores considerados clássicos (. . .)” (VEYNE, 1984:16). Um acordo que constrói verdades, dotadas da mais alta legitimidade.

E é neste universo discursivo que insiro *Vegetius*. O autor procura sua fonte de autoridade em terceiros, em fontes antigas e legítimas, sejam elas relatos de historiadores, sejam autores da tradição, justamente pelo fato de atender a uma urgência imediata, seu objetivo principal:

Por utilidade pública [*pro publica*)], como penso, reuni tudo quanto escreveram os autores de arte militar ou os contemporâneos excogitaram com respeito (. . .) (IV, 30)

(. . .) recentemente pacificado o mar, o que hora se conduz é uma guerra terrestre contra as nações bárbaras [*(barbaris nationibus)*]. (V, 1)

Sua busca por autoridade fica clara em outra passagem: “Não me gabo de ter autoridade na doutrina militar, propondo-me unicamente transcrever pela ordem as prescrições daqueles que mencionei.” (I, 8). Logo a seguir, *Vegetius* cita suas fontes, com o sentido de uma busca por autoridade legítima, que referencie sua obra como digna de crédito, lembrando sempre ao que e a quem ela se destina.

(. . .) após compulsar diversos autores, a anotar com exatidão na presente obra o que escreveu Catão, o censor [234 – 149 a.C.], sobre a arte da guerra, o que expuseram Cornélio Celso [período de atividade: 14 – 37 d.C.] e Frontino [40 – 103 d.C.], e o que ensinou Paterno [prefeito pretoriano em 180 – 182 d.C.], valorosíssimo propugnador do direito militar que retomou em seus livros os preceitos contidos nas constituições de Augusto [27 a.C. – 14 d.C.], Trajano [97 – 117 d.C.] e Adriano [117 – 138 d.C.]. (VEGETIUS, I: 8)

A obra, como já dito, é um grande tratado técnico. Mesmo assim, em diversas passagens, a descrição destas técnicas é respaldada por alusões aos antigos e com citações de autores da Tradição: “(. . .) os antigos romanos, experientes na arte militar (. . .)” (I, 10); “Segundo se lê nos textos antigos, outrora os recrutas treinavam do modo seguinte (. . .)” (I, 11); “Salústio, referindo-se aos exércitos do grande Cneu Pompeu, afirma: ‘Emulava os mais ágeis no salto e os mais céleres na corrida; lutava com os mais vigorosos’”. (I, 9); “Disse Catão a propósito: ‘Em todas os apuros se pode reparar o erro cometido, mas nunca nas batalhas. Quem luta sem vigor e experiência, ou é logo derribado ou, reduzido à fuga’ (. . .)” (I, 13). Sendo esta a restauração dos treinamentos um dos objetivos de maior importância, julgo estas passagens – que de certa forma seriam desnecessárias na construção do sentido do texto – como elementos de reforço à legitimação da obra. Encontrando respaldo na Tradição, e mesmo colhendo argumentos dela, *Vegetius* dota-se da autoridade necessária para que suas mediadas sejam postas em prática.

Tendo por base seu objetivo, e visualizando em parte como o autor procedeu na construção de seu tratado, procurarei identificar elementos de um dos principais enunciados da Tradição romana: a idéia de decadência. Em minha visão, para compreender a obra é necessário compreender sua inserção na consciência coletiva do

universo grego-romano (LE GOFF, 1984: 395), impregnada com a idéia de degenerescência do mundo, em especial do seu próprio. Ou seja, compreender a obra como receptáculo de uma tradição decadentista presente em diversos autores da Tradição romana. Mais que um depositário de uma tradição, entendo a obra de Vegetius como uma reação a um processo de decadência, em especial à decadência militar, percebida e diagnosticada pelo autor em diversas passagens³. Ao início da obra, Vegetius dedica o tratado diretamente ao Imperador, sendo que desta forma as palavras de crítica ao tempo presente deviam ser medidas. Mesmo assim, as entrelinhas do texto revelam que, na lógica dele, a situação do Império era grave e problemática, ao mesmo tempo em que propunha uma solução: a volta aos antigos.

No entanto, minha proposta no presente artigo versa em analisar algumas passagens do texto de *Vegetius* que julgo mais elucidativas para a análise do conceito ou idéia de decadência na obra. Desta forma, proponho-me a realizar alguns rápidos apontamentos sobre o personagem *Flavius Vegetius Renatus*, bem como o contexto político do Império Romano em finais do século IV e início do V, essenciais para compreender os objetivos da epítome. Em seguida, analisando duas citações, procurarei demonstrar o conceito operando em sua obra, além de ressaltar os possíveis motivos.

Vegetius e seu tempo

Como inserir Vegetius em seu tempo, como entender sua obra, seus motivos, seus objetivos? Quem é? Para quem escreve? O que escreve? Por que escreve? Estas perguntas devem nortear os primeiros esclarecimentos acerca do autor, por quais pretendo traçar uma rápida descrição de sua vida e seu contexto.

Tratando da trajetória individual de Vegetius, pouco se sabe além do que a própria fonte nos propicia, algo comum no universo documental antigo. Nesta, constato que Vegetius é um romano, vive e escreve para o Império Ocidental e é

³ Passagens que lamentam a condição militar presente são recorrentes ao longo da obra: “Ainda que, pela experiência e pelo costume, sejamos afeitos às armas, o inimigo nos tem por toda parte derrotado devido à longa paz, que induz a recrutar soldados sem a devida atenção.” (I, 7); “A ambição usurpou o prêmio da virtude, sendo hoje promovidos por favor os militares que, antes, só o eram pelo mérito.” (II, 3). Outras considerações sobre o conceito de decadência na obra como um todo serão abordadas mais adiante.

Cristão⁴. Devido às dedicatórias do livro, direcionadas à pessoa do Imperador⁵, provavelmente tem acesso aos altos círculos do poder e, também, possivelmente, possui alguma experiência militar⁶. Uma fonte consultada relata que *Vegetius* teria sido um *Comes Sacrarum Largitionum*, ou um ministro das finanças, que entre os deveres estaria a necessidade de familiaridade com as matérias militares do recrutamento, treinamento e equipamento (SHRADER, 1981: 168). Mesmo a cronologia da obra é controversa, sendo que a discussão acerca da mesma recorta o período de 383 até 455. Para além de qualquer discussão, o que posso inquerir é um que existe um marco inicial, o ano de 383, identificado pelo próprio *Vegetius*: “Das origens de Roma até a época do Divino Graciano [imperador de 367 a 383], os infantes envergavam couraça e elmo (. . .)” (I, 20). Tal citação também reforça a idéia de que a obra é pensada para a parte ocidental do Império, onde estariam os problemas diagnosticados.

Partindo deste referencial cronológico, cabe recobrar parte do contexto político do Império na segunda metade do século IV. Graciano era filho do imperador Valentiniano I (364 – 375 d.C.), que se sobressaiu como um dos governantes de maior capacidade de comando militar durante o Baixo Império (FERRILL, 1989: 50). Assim que Valentiniano assume a púrpura, designa seu irmão Valente (364 – 378 d.C.) para governar o Império do Oriente, além de tornar seu filho Graciano (com então oito anos de idade) co-imperador do Ocidente em 367. Quando da morte do pai, em 375, Graciano vai assumir o Império do Ocidente, aproximadamente um ano antes da transposição do Danúbio pelos visigodos.

É por esta época que inicia o efeito em cascata das invasões bárbaras: os temidos hunos, advindos das estepes asiáticas, precipitam-se sobre os ostrogodos que

⁴ O próprio nome Renato significa em latim “renascido” (*Renatus*), e era adotado por muitos romanos que se convertiam ao cristianismo. Em uma passagem da obra, *Vegetius* comenta sobre os juramentos dos soldados: “Juram, em especial, em nome de Deus, de Cristo, do Espírito Santo e pela majestade do Imperador, que depois de Deus deve o gênero humano amar e venerar.” (II, 5)

⁵ Em verdade, o prólogo do livro II deixa claro que a obra é produzida por ordem do Imperador: “(. . .) havendo-me ordenado Vossa Majestade que compilasse brevemente, num volume, os ditos argumentos – não tanto para aprendê-los quanto para recordá-los –, durante muito tempo lutaram em mim a devoção e o pudor.” Quanto a qual Imperador seria este, em geral cita-se Teodósio I, que reinou no Ocidente entre 392-395, ou Valentiniano II, que reinou no Ocidente até 392.

⁶ As citações a seguir deixam a entender que *Vegetius* possui experiência militar: Bem sei eu que, em todos os tempos, tem-se preferido recrutas de estatura elevada (. . .) (I: 5); Com efeito, sabe-se por experiência que a máquina se torna inútil quando superada pelos muros (. . .) (IV: 19).

fogem em massa para o oeste, arremetendo sobre os visigodos que são por fim empurrados para a fronteira do Danúbio. Dois chefes Visigodos (Fritigern e Alavivo) solicitaram permissão do Imperador Valente a fim de transpor a fronteira, o que é autorizado tendo em vistas que o imperador do Oriente desejava povoar terras da Trácia e delas retirar recrutas para o exército. No final de 376 tem início a transposição de cerca de 200 mil visigodos.

A péssima condução da travessia organizada pelos funcionários romanos, somada à exploração dos visigodos por estes últimos e a uma fome generalizada fez com que os germânicos saqueassem a região e tentassem assediar Adrianópolis. O Imperador Valente marchou com seu exército e Graciano despachou tropas do Ocidente, em uma estratégia de isolar os visigodos na região da Trácia, protegendo a Mésia e a Macedônia.

Valente chega no verão de 378 em Adrianópolis, a fim de aguardar o encontro com o Imperador do Ocidente, que já se encontrava próximo. O primeiro, impelido a conquistar a glória para si (FERRILL, 1989: 54), decide atacar imediatamente e sem o apoio das tropas do Ocidente. O ataque, precipitado e desorganizado, acabou por causar à Roma uma de suas maiores derrotas, sendo o próprio imperador é morto em batalha. Somando-se à derrota da campanha contra os partas, empreendida pelo Imperador Juliano em 362-363, são duas graves derrotas em um curto período de tempo que produziram um impacto psicológico/desmoralizante muito forte, além de altas perdas no contingente militar (cerca de 20 mil novos soldados foram recrutados após Adrianópolis (FERRILL, 1989: 59)).

Com a morte de Valente, o Imperador Graciano nomeia o general Teodósio (378-395 d.C.) como *Augustus* do Oriente. Desde o início do seu governo, este último empenhou-se na derrota das forças bárbaras, que após Adrianópolis haviam se dividido e dispersado pelos Balcãs. Entretanto, frente a reveses, em 382 d.C. o imperador chega a um acordo com os visigodos:

(. . .) Teodósio e Graciano concordaram em permitir aos visigodos instalarem-se na Mésia, na diocese setentrional da Trácia ao longo do Danúbio, e os habitantes nativos da região, na medida em que ainda estivesse habitada, provavelmente foram obrigados a fornecer alimento, roupa e abrigo para eles. Em troca, os visigodos

prometeram lutar pelo imperador como aliados (*foederati*) do Império Romano. (FERRILL, 1989: 62)

Este é o ponto nevrálgico da chamada “barbarização” em larga escala do exército romano⁷. Tais forças federadas, de caráter legalista, não eram subordinadas internamente aos comandos militares romanos, e conseqüentemente à organização e disciplina destes últimos. Frente a uma realidade desfavorável, o poder imperial não pôde incorporar os visigodos como *dediticii*, ou seja, populações que rendem-se incondicionalmente ao Império, mas sim na condição de *foederati*, um grupo étnico distinto, liderado por seus próprio chefes, regulado por suas próprias leis, isento de tributação e recebendo uma remuneração anual pelos serviços prestados. Na prática, formavam-se micro-estados dentro do Império Romano (SILVA, 2007: 83). Posteriormente, tais acordos foram estendidos à ostrogodos, alamanos e hunos.

Ao longo de toda a história dos exércitos romanos, estes sempre valeram-se de aliados como complemento das legiões romanas, principalmente na arma de cavalaria. Mesmo sendo estes aliados em algumas ocasiões mais numerosos do que os legionários, o elemento decisivo das batalhas sempre se encontrava na infantaria romana. A partir de Constantino, principalmente, a utilização de tropas bárbaras na qualidade de auxiliares, recrutados entre as populações bárbaras, ganha cada vez mais importância, seja para o aumento do número de combatentes, seja para neutralização de potenciais inimigos.

No entanto, a íntima relação entre estes auxiliares e as milícias de *foederati* para com as tropas regulares romanas iniciará um rápido processo de deterioração do treinamento, disciplina e conseqüentemente da capacidade combativa das tropas romanas. *Vegetius*, neste ponto, produz um diagnóstico do processo vivido pelo exército imperial. Para ele, os auxiliares são necessariamente problemáticos⁸, seja

⁷ “. . .) o emprego de germanos em escala tão vasta que o exército tornou-se mais germano do que soldados germanos se tornaram romanos (. . .)” (FERRILL, 1989: 76)

⁸ “Os auxiliares marcham para o combate vindos de diferentes localidades e encarregados de diferentes tarefas. Não são unidos entre si pela disciplina, pelo sentimento. Há entre eles instituições disparatadas e não usam as mesmas armas. É natural, portanto, que cheguem menos depressa à vitória, de vez que não se entendem já no começo da batalha. Ademais, dado que nas expedições convém que todos os soldados sejam mantidos juntos por um único preceito, aqueles que anteriormente viviam em condições desiguais não conseguem seguir do mesmo modo as ordens.” (II, 2)

disciplinarmente, seja moralmente, em contraponto ao modelo ideal, a legião romana⁹. A convivência cada vez mais íntima entre estes dois modelos de exército, para *Vegetius*, é um dos principais motivos para a perda de eficiência, e mesmo de contingente, das tropas regulares romanas:

(. . .) motivos pelos quais as legiões se debilitaram: as exigências da carreira militar aumentaram, as armas se tornaram mais pesadas, as recompensas mais tardas, a disciplina mais severa. Para obviar a semelhantes inconvenientes, muitos correm a alistar-se nos auxiliares, entre os quais o suor é escasso e os prêmios são abundantes. (II, 3)

Outra de suas críticas, de alguma forma ligada ao que foi desenvolvido acima, está na relação entre cavalaria e infantaria. Voltando um pouco no tempo, o Imperador Galiano é o primeiro a criar destacamentos móveis sem base territorial fixa. Durante as reformas de Diocleciano, e posteriormente com Constantino, a principal modificação destas fora a consolidação das reservas centrais móveis como legiões independentes, formadas principalmente por cavalaria ligeira. Esta separação entre as armas, e o processo de aumento de importância para a arma de cavalaria, e o contraponto da desvalorização (ou descuido) da infantaria é apreendido claramente em *Vegetius*¹⁰.

Sua proposta de mudança da realidade é clara: voltar aos antigos, à base que permitiu aos romanos conquistar todo o mundo. Ao intentar um retorno à *civitas* romana, ao exército de cidadãos em armas, o elemento determinante é a figura do infante, do cidadão-soldado.

A percepção e o uso: a idéia de decadência

⁹ “Por outro lado, a legião costumava prevalecer sobre quaisquer conjuntos de inimigos por ser completa com suas coortes próprias, homens pesadamente armados (isto é, os príncipes), hastatos, triários, antesignanos e soldados à ligeira (lançadores de dardos, arqueiros, fundibulários, besteiros). Além disso, tinha nas fileiras a cavalaria legionária, fortificava os acampamentos segundo um sistema inalterável, alinhava-se para a batalha e lutava perfeita em todos os seus componentes, sem necessidade de ajuda. Disso dá testemunho a grandeza de Roma, que, valendo-se sempre das legiões, superou tantos inimigos quantos quis ou o permitiu a natureza dos acontecimentos.” (II, 2)

¹⁰ “A antiga tradição está de todo extinta, porquanto, devido ao exemplo dos godos, citas e hunos, melhorou-se o armamento da cavalaria e descuroou-se nitidamente da infantaria.” (I, 20); “(. . .) é fácil deduzir que, para o Estado, mais necessária se faz a infantaria, útil em qualquer terreno; além disso, maior número de infantes alimenta-se com menos despesa.” (II, 1)

Na proposta desta análise, constato que Vegetius constrói uma leitura decadentista de seu tempo. Ele percebe, como demonstra nas suas “respostas aos grandes problemas militares” (*quicquid de maximis rebus*) (I, prólogo), que o momento por ele vivido é de crise, que poderá derrocar todo o mundo romano. Entretanto, como já citado, Vegetius escreve ao imperador e a pedido do mesmo, e as críticas ao estado das coisas deveria ser medido, o que se percebe pela grande quantidade de bajulações lidas nos prólogos. A própria relação com os “bárbaros” também devia ser medida, já que os exércitos germânicos serviam ao Imperador, e seus comandantes e líderes encontravam-se muito possivelmente em altos postos imperiais.

Desta forma, uma das hipóteses com as quais eu leio a obra é a partir da sua relação com um “imaginário decadentista”. A existência do inimigo bárbaro é sim uma justificativa e uma proposta para a obra, mas não encerra todos os questionamentos em si. Parte da “culpa” pelo momento de crise é creditada a outros fatores, estes internos e familiares aos romanos, seja por sua operabilidade, seja como forma de desviar a argumentação dos federados. Constato em diversas passagens do texto de Vegetius as tradicionais lamentações morais romanas, presentes em diversos autores da Tradição romana. Uma passagem da obra de *Vegetius* é elucidativa a este processo:

A antiga tradição está de todo extinta, porquanto, devido ao exemplo dos godos, citas e hunos, melhorou-se o armamento da cavalaria e descurou-se nitidamente da infantaria.

Das origens de Roma até a época do Divino Graciano, os infantes envergavam couraça e elmo, mas, depois que se interromperam os treinamentos de campo devido à corrupção dos costumes [(*neglegentia*)] e à desídia [(*desidiaque*)], começaram a parecer pesadas as armas que os soldados raramente utilizavam.

Eles pediram então ao Imperador permissão para não usar, primeiro a couraça e depois o elmo, de sorte que os nossos enfrentaram os godos de cabeça e peito descobertos, acumulando derrotas porque eram alvejados pelos arqueiros adversários. Nem mesmo depois de tantos reveses, que levaram à devastação de inúmeras cidades, providenciou-se para que a infantaria voltasse a usar elmo e couraça. Segue-se, pois, que o combatente exposto sem proteção aos golpes não tem propensão para a luta, mas para a fuga. (I, 20)

Esta passagem traz algumas questões plausíveis de análise. Ela pode, por um lado, ilustrar de forma clara o processo de barbarização. É exatamente após o reinado

de Graciano que a condição dos *foederati* passa a existir como um problema estrutural no mundo romano, e a convivência entre as tropas regulares e os federados fará com que as primeiras desdenhem suas obrigações e percam eficiência. Segundo Arther Ferrill (1989: 76), os germânicos “combatiam sob seus próprios comandantes e o sistema bárbaro de disciplina não era de forma alguma tão severo quanto o romano. Posteriormente, soldados romanos não viram razão para fazer o que as tropas bárbaras a serviço de Roma não faziam, apesar de vultosas recompensas.” Note-se que *Vegetius* não atribui esta degenerescência disciplinar aos bárbaros federados, mas trabalha com causas de ordem moral: *corrupção dos costumes e a desídia*.

Ou seja, utilizará elementos de ordem moral, constantes na lógica decadentista de alguns autores da tradição romana, para tanto justificar problemas que podem ter outra origem, quanto legitimar suas reivindicações. A meu ver, esta legitimação ocorre da seguinte forma: ele evita os temas polêmicos de sua época (ao menos diretamente), e em contrapartida aponta os problemas como condicionados a questões familiares aos romanos (problemas morais, no caso), e também as soluções tradicionais, com a volta às antigas instituições e valores, se pensamos o objetivo de toda a obra.

Na última parte da citação *Vegetius* menciona o resultado-mor da indisciplina militar: a fuga. Os primeiros sintomas de indisciplina já podem ser constatados em 402 d.C., quando, apesar da vitória romana em Polenza, os soldados não conseguiram executar as manobras de perseguição (FERRILL, 1989: 87), notadamente uma das operações militares mais complexas, e que requerem disciplina e organização para obterem sucesso, que em outros períodos souberam executar com perfeição. Essa degeneração prosseguirá culminando com o saque de Roma em 410 d.C., em um momento que o exército do Ocidente não pôde desafiar Alarico em terreno aberto. A partir deste momento, é possível que os governantes romanos confiassem cada vez mais no emprego das tropas bárbaras, assim reduzindo o recrutamento de forças regulares (FERRILL, 1989: 98). Este é o processo que *Vegetius* quer barrar.

É interessante ressaltar o quanto os argumentos de decadência moral são operativos em autores da Tradição greco-romana, dos mais variados períodos. Para Cícero (106-43 a.C.), a decadência assume um aspecto de declínio dos costumes e da falta de grandes homens. Nas próprias palavras de Cícero, “antes da nossa época, vemos a força dos costumes elevar varões insígnies, que por sua parte procuravam

perpetuar as tradições dos seus antepassados. Nossa idade, pelo contrário (. . .). Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que, conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo” (*Da República*, V, I). O declínio das costumes, devido aos vícios do seu tempo, é também recorrente em Salústio (aprox. 86-35 a.C.), que com um discurso pautadamente moralista lamenta os vícios das classes dirigentes, que só visam as riquezas e as magistraturas, o que estaria diretamente ligado ao desaparecimento da *virtus* romana. Quando analisa a vida de Lúcio Catilina, Salústio acentua como a avareza e o luxo deste, frutos em parte dos “corruptos costumes da cidade” o tornaram um sujeito de “má e depravada índole” que contribui para a degenerescência da República, que “de feliz e virtuosa que era, se tornou péssima e viciosíssima” (*Guerra Catilinária*: 29). Cabe ressaltar que Salústio é uma fonte direta de *Vegetius*, inclusive citado na obra¹¹.

É em Cícero e Salústio que, pela primeira vez no mundo romano, a palavra “declínio” será utilizada no sentido de “declínio do estado”, exposta na seguinte fórmula: *inclinata res publica*. O desaparecimento da *virtus* – da ponderação frente aos valores, limites, costumes – será determinante, na lógica destes autores, para o declínio de Roma. O estado forjou-se sobre uma base de costumes e tradições austeras, e o fim destes fundamentos invariavelmente só poderia ter um resultado: *inclinata* e ruína, o fim do mundo romano. Desta forma, têm-se uma ligação entre sintomas e sentimentos de decadência e uma previsibilidade da história, à qual *Vegetius* tentará se opor.

Quando os antigos tratam da idéia de “vícios”, outro sentido que resplandece é a teoria do “luxo-decadência”. A isto ligo outro autor clássico, Políbio (aprox. 200-120 a.C.), um grego exilado em Roma, que ao final das guerras púnicas analisou as futuras causas da decadência e ruína de Roma. Vivendo no momento de máximo esplendor do estado romano até então este autor analisa como natural a ruína (*phthorá*) e a mudança, mas indica duas formas pela qual ela atinge um estado: a crise interna e a ruína externa. Para ele, levando em conta o momento de fulgência e riqueza que o fim das guerras púnicas propiciou, quando uma sociedade atinge a plenitude das conquistas e do poder, então

¹¹ “No entender de Salústio, deve-se escolher os jovens (“chegados à idade própria para a guerra, adestravam-se para a luta treinando nos acampamentos”) (. . .)” (I, 4)

a felicidade nela instala sua sede, a vida volta-se para o luxo, os homens almejam alcançar as magistraturas e as demais distinções. Seguindo-se nesta direção, a aspiração às magistraturas ou o protesto dos que se vêem repelidos originará a decadência; a soberba e o luxo farão o resto. As massas populares darão seu nome à crise: sentir-se-ão ofendidas pelos que querem acumular riquezas; outros, cobiçando magistraturas, as insuflarão e adularão demagogicamente. Sobreviverá então só a rebelião das massas (. . .) não mais quererão obedecer, nem permanecer nos limites do direito fixado pelos grandes (. . .) (POLÍBIO, *História*, XXI, 2)

O luxo e a riqueza desencadearão a inveja e a discórdia entre os “grandes”, e as massas – sejam elas induzidas por outros ou impelidas pela oportunidade – serão os agentes concretizadores da crise interna. Também existem as causas externas, que Políbio não constata diretamente em Roma. Elas são levantadas, de forma indireta, quando este analisa a o Estado grego de Bactriana e a forma como este foi “barbarizado” pelos cavaleiros nômades. Sua análise tem por certa a futura ruína do estado romano, e as causas principais, mesmo não negando a importância das invasões externas, estariam nos conflitos e problemas internos, com um diagnóstico sobretudo de ordem moral. Como escreveu Paul Veyne, Políbio é o melhor porta-voz da grande máxima do luxo – decadência.

Este será o tom constante também em Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), que com um diagnóstico moral lamentará o tempo presente, em oposição a um passado, aparentemente próximo. Para ele a riqueza estaria no cerne da decadência de seu tempo:

(. . .) então, desabando [*labente*] paulatinamente os princípios morais, seguir-se-á, do mesmo modo, com o pensamento, primeiramente a queda [*lapsi*] dos costumes, depois, como mais e mais caíram e como começaram a precipitar-se [*praecipites*] até que chegamos a esta época, em que não podemos suportar nem nossos vícios, nem nossos remédios. (. . .) jamais nenhum estado foi maior, mais venerável, mais rico em bons exemplos, nem houve nunca cidade na qual a cobiça o luxo se tenham introduzido tão tarde, nem onde a honra dada à pobreza e à parcimônia fosse tão grande e duradoura. A ponto de, quanto menos riquezas, tanto menos cobiça havia: em nossos dias, a riqueza trouxe cobiça, e os prazeres abundantes introduziram o desejo de perder-se e de perder tudo pelo luxo e pela devassidão. (TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*. I, prefácio)

Entretanto, ao que tange a minha proposta, é interessante perceber como esses enunciados novamente se fazem presentes na obra de *Vegetius*. A citação abaixo é elucidativa para esta leitura:

Creio estar fora de dúvida a melhor disposição [(dubitari aptiorem)], para as armas, da gente rústica [(rusticam plebem)], crescida sob as intempéries e habituada aos trabalhos grosseiros, capaz de suportar a ardência do sol sem buscar alívio na sombra, ignorante aos banhos, desafeita à preguiça, de alma chã, contente com o pouco que come, de corpo coriáceo mercê das fadigas, que na labuta do campo tenha aprendido a manejar o ferro, a escavar fossos e a transportar fardos pesados.

Ainda assim, convém às vezes pôr em armas os homens das cidades, os quais, devem ser (. . .) apartados das seduções das cidades [(ciuitatis inlecebris)].

(. . .)

Não se nega que os romanos, desde as origens, partiam da cidade para a guerra. Mas naqueles tempos, não estavam ainda contaminados pela languidez [(deliciis frangebantur)] (I, 3)

Alguns elementos da citação são respaldados tanto na fórmula do luxo-decadência, quanto na tradição austera dos romanos antigos. No penúltimo parágrafo da citação, *Vegetius* cita as “seduções das cidades”, para na última frase conceitualizar o que seriam e quais os resultados destas seduções: “contaminados pela languidez”. Analisando os termos latinos *deliciis frangebantur*, encontro alguns significados para além da tradução brasileira. Para *frangebantur*, o tradutor utiliza o termo “contaminados”, mas cujo sentido destoa do que encontro no dicionário latino de Ernesto Faria (1962: 410). Um dos sentidos encontrados em tal dicionário, e ao qual me inclino a abraçar, é o de “debilitados”, e em correlato, “fragilizados”¹². O termo *deliciae*, traduzido por “languidez”, também merece um olhar mais aprofundado. A ele encontro diversos significados: “delícias”, “prazer”, “gozos”, “felicidade” e “volúpia”, diferentes do sentido de “languidez”. Com base nos significados revistos, os romanos citadinos de seu tempo, segundo *Vegetius*, estariam “fragilizados pelos prazeres”. Uma leitura clara da fórmula decadentista do “luxo-decadência”, como encontrada em Tito Lívio, quando diz que as riquezas e os luxos geram uma busca desenfreada pelos prazeres e pela devassidão.

¹² Nota-se a mesma raiz do verbo *frango*, *-is*, *-ere*, da palavra em questão, nos termos *fragilis* e *fragilitas*, frágil e fragilidade, respectivamente. (Cf. FARIA, 1964: 409-410)

Entretanto, ao mesmo tempo, Vegetius propõe uma forma de superar esses problemas, como exposto no primeiro parágrafo da citação acima. Segundo ele, a solução seria uma busca pela gente rústica (*rusticam plebem*), recurso que encontra respaldo na Tradição austera de muitos romanos antigos. Elementos de rusticidade, bucolismo e volta a valores são encontrados em diversos autores, como Catão, Varrão, Horácio e Virgílio. Cabe ressaltar que Catão e Virgílio são citados diretamente por Vegetius. Sobre estes autores, Marco Pórcio Catão (*Cato*) (234-149 a.C.), ferrenho defensor das tradições e do modelo social dos romanos, se opõe à helenização de Roma, identificando nesta uma das causas da decadência moral do mundo romano. Já Públio Virgílio Marão (*Vergilius*) (70-19 a.C.), elogiando o bucolismo rural, dedica um de seus livros, as Geórgicas, à análise e criação de preceitos à agricultura, principalmente das regiões itálicas. Ambos apresentam um elogio entusiástico ao trabalho pesado e um grande amor ao campo, sustentando ser o homem do campo virtuoso e honrado, um exemplo para todos. E neste ponto, *Vegetius* é categórico, remetendo e legitimado na Tradição, para ele, prioritariamente, se devem buscar os soldados no campo. E mesmo que se necessite de soldados retirados do meio urbano, estes devem ser afastados dos “vícios e seduções da cidade” (*ciuitatis inlecebris*), ou serem rusticizados, para que “Ihes fique mais rijo o corpo e mais comedida a alma” (I, 3). A base para tal é a idéia de que o campo é mais imune à decadência provinda do luxo, que ataca principalmente as cidades.

Conclusão

Como identifica Le Goff (1984), o mais claro dos sentidos da idéia de decadência é uma tendência em valorizar o passado em detrimento do presente. A percepção de decadência prende-se a constatações e juízos negativos do momento vivido, uma insatisfação frente à existência, manifestada no desejo nostálgico de uma Idade de Ouro perdida no passado. (VARGAS, 1992: 6). O cerne da obra de Vegetius está em buscar instituições do passado para reorganizar o presente, numa valorização dos antigos (*antiqui*) e da antigüidade (*antiquitas*) em detrimento dos modernos, presentes em diversas passagens da obra: “si antiqua consuetudo seruanda est” (a respeitar-se a antiga tradição) (I, 4); “De historiis ergo uel libris nobis antiqua

consuetudo repetenda est” (Convém, pois, retomar o costume antigo com a ajuda da história e dos livros) (I, 8); “Antiqui, sicut inuenitur in libris” (Segundo se lê nos textos antigos) (I, 11). Desta forma, a obra de *Vegetius* é um grande tratado decadentista, um diagnóstico do que é necessário que seja reformado em seus dias, e de como essa reforma deve proceder. Essa proposta dota-se em muitos momentos de argumentações tradicionais para legitimar-se, seja para fugir de temas polêmicos, seja por essa argumentação fazer parte de sua leitura da realidade.

Para além, segundo Santo Mazzarino, apesar de alguns sentidos que pressupõe uma inevitabilidade dos fenômenos da decadência, “diante do empenho histórico, o homem ainda tem outra atitude possível: julgar que a decadência pode ser superada através de uma retomada das organizações antigas” (1991: 30-31). Para este autor, este é um sentido contido na obra de Salústio (uma fonte direta da *Epitome rei militaris*), e, em minha opinião, esta é uma das fórmulas para compreender *Flavius Vegetius Renatus*.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

VEGETIUS Renatus, Flavius. *Epitome rei militaris*. São Paulo: Paumape, 1995.
SALÚSTIO Crispo, Caio. *Guerra Catilinária Guerra Jugurtina*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/ano.
CÍCERO, Marco Túlio. *Da Republica*. Publicado em www.ebooksbrasil.com.
LÍVIO, Tito. *História de Roma*. Vol. 1. São Paulo, Paumape: 1990.
POLÍBIOS. *História*. Brasília, Editora da UnB: 1996.

Referências Gerais:

CARRIÉ, Jean-Michel. *O soldado*. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
FERRILL, Arther. *A Queda do Império Romano – A explicação Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001
KOLENDO, Jerzy. O camponês. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado – Para uma semântica de los tiempos históricos*. Cap. II: Historia Magistra Vitae. Barcelona: ediciones Paidós, 1993.
LE GOFF, J. "Decadência e progresso/reação". In: ROMANO, R. (org.). *Enciclopédia Einaudi; memória/história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. pp. 393-424.
MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
SÁNCHEZ, Maria Ángeles Robles. *El ejército romano y la literatura latina*. In: *Aquila Legionis* n° 5. Madrid: Signifer Libros, 2004
SHRADER, Charles R.. The Influence of Vegetius' De re militari. In: *Military Affairs*, vol. 45, n° 4. (Dec. 1981), pp. 167-172.

- SILVA, Gilvan Ventura da. Exército, disciplina e barbárie no Baixo Império: Flávio Vegécio e a defesa das tradições militares romanas. In: CERQUEIRA, F. V., et al. *Guerra e Paz no Mundo Antigo*. Pelotas, LEPAARQ/UFPeL, 2007.
- VARGAS, Anderson Zalewski. O Pensamento Descontente: Decadência, Natureza e Moralismo. In: *Os subterrâneos de Porto Alegre. Imprensa, ideologia autoritária e reforma social. 1900-1919*. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.